



A CIÊNCIA E A POLÍTICA SEM FRONTEIRAS

Gislene Farias de Oliveira¹

Tem sido algo bastante inovador para o país, o programa federal concessão de bolsas para estudo no exterior, o chamado Ciência sem Fronteiras. O mesmo já enviou mais de 83 mil brasileiros para, pelo menos 43 países diferentes. Um plano ousado para o pouco tempo previsto. Contempla 18 áreas das ciências, dentre as quais, exatas, biomédicas e biológicas.

A expectativa foi de alavancar a ciência brasileira nestas áreas do conhecimento. São os novos ares da inovação e referências tecnológicas de universidades de ponta, abrindo portas para novas parcerias, tanto com instituições, como com empresas estrangeiras.

Antes do início do programa, em 2010 a 2011, ainda era tímido o número de alunos brasileiros (8,7 mil), que eram enviados para as universidades americanas, berço das melhores universidades do mundo. Já em 2012, este número cresce para 10,8 mil brasileiros, num avanço muito expressivo.

Uma das críticas é que 64% das bolsas são concedidas a alunos de graduação, com menor impacto para a produção científica de qualidade, que se fosse concedida a alunos doutorandos ou doutores, por exemplo.

Um outro problema que tem representado um gargalo ao programa, é o atraso quando dos repasses das bolsas aos alunos. Segundo documento da Capes - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, divulgado no portal da iG Educação, um técnico da instituição é responsável por cerca de 12 mil inscrições, bem como do acompanhamento de, pelo menos 2 mil bolsistas. Entre 2011 e 2013, a quantidade de inscritos evoluiu de 7 mil acadêmicos para 62 mil. O número de funcionários neste mesmo período apenas avançou de 3 para 5. E, de 2012 até 2014, o número de bolsistas saltou de 3 mil para aproximadamente 35 mil, embora não tenham havido grandes problemas, efetivamente.

¹ Psicóloga. Doutorado em psicologia Social. Pós doutorado em Ciências da saúde pela Faculdade de Medicina do ABC – SP. E-mail: Gislenefarias@gmail.com.



Mesmo assim, a variação nos critérios adotados pelas universidades tem implicado em situações delicadas para os estudantes. Por exemplo, a nota de corte dos programas de proficiência caíram de 79 pontos para 41 pontos. Ainda assim, alunos que foram enviados para o Canadá ou Austrália, precisaram retornar, pois não conseguiram aprovação nos testes do idioma inglês. Outra situação foi o anúncio da suspensão das bolsas de estudo para Portugal, em março de 2013. Por causa da facilidade da língua, era um dos destinos muito cobijados. Neste caso cerca de 3,5 mil estudantes precisaram escolher outro destino.

Ainda representa um desafio para o programa, a elaboração de uma forma adequada de recepcionar os alunos que retornam. É preciso que se possa orientar e incentivar este aluno a desenvolver e aplicar o conhecimento adquirido fora do país. É possível que os docentes nem estejam preparados para recebe-los de volta, certamente com um espírito mais crítico e empreendedor.

Caso não se tenha um aparato neste sentido, o Brasil corre o risco da “fuga de talentos”, isto é, que alguns alunos possam migrar para países com maiores infraestrutura para pesquisa e desenvolvimento, bem como de melhores oportunidades de carreira.

O país não parece ter exigências de contrapartida aos contemplados com bolsas no exterior, que incentive o desenvolvimento de projetos científicos ou pesquisas dentro de suas universidades. Eles, salvo engano, apenas respondem a um relatório específico sobre como se desenvolveram as atividades do programa no país selecionado.

Parece que chegou a hora de uma avaliação crítica ao Programa, de forma que o mesmo, se não for extinto por essa nova administração nacional, possa viabilizar resultados mais efetivos, quando da chegada desses acadêmicos, no Brasil.

●